

# VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A

Relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações  
financeiras nº 2438L-042-PB

Em 31 de dezembro de 2023



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores da  
**VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros**  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da empresa VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da empresa VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;


Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Leonardo Mesquita Dantas  
Contador CRC 1SP-263.110/O-7

**VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

ATIVO			PASSIVO		
Notas	31/12/2023	31/12/2022	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	Fornecedores	6	17
		4	Obrigações Fiscais	7	-
			Obrigações com partes relacionadas	13	154
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>171</b>
		<b>4</b>			<b>115</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>
		<b>-</b>			<b>-</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Capital social	8	5
			Prejuízo acumulado	8/10	(173)
			<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(168)</b>
					<b>(111)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3</b>
		<b>4</b>			<b>4</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



## VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A.

### Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Lucro bruto</b>		----- -	----- -
<b>Despesas operacionais</b>	9	(56)	(99)
Despesas gerais e administrativas	9	(48)	(99)
Despesas tributárias	9	(8)	-
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		----- (56)	----- (99)
<b>Resultado financeiro</b>	10	(1)	(1)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	11	----- (57)	----- (100)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		----- (57)	----- (100)
Resultado por ação referente às ações ordinárias	12	(11,3006)	(20,2000)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	(57)	(100)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>(57)</u>	<u>(100)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Capital		Reservas de lucros		Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
	social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5	(5)	-	-	(16)	(16)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	5	-	-	(100)	(95)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5	-	-	-	(116)	(111)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(57)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5	-	-	-	(173)	(168)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



## VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - pelo método indireto

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado líquido do exercício		(57)	(100)
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>			
Clientes		-	-
Impostos a recuperar		-	-
Outros valores a receber com partes relacionadas		-	-
Despesas Antecipadas		-	-
Outras contas a receber		-	-
<b>(Redução) aumento nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(86)	87
Impostos e contribuições a recolher		(12)	12
Pagamentos do passivo de arrendamento		-	-
Outros valores a pagar com partes relacionadas		154	-
Outras obrigações		-	-
<b>Fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais</b>		<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição/Venda de imobilizado		-	-
<b>Caixa líquido consumido (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital		-	5
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<u>-</u>	<u>5</u>
<b>Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(1)</u>	<u>4</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3	4
<b>Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(1)</u>	<u>4</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A.

### Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48)	(93)
	(48)	(93)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<u>(48)</u>	<u>(93)</u>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>(48)</u>	<u>(93)</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Remuneração com pessoal	-	-
Impostos, taxas e contribuições	8	7
Despesas financeiras	1	-
Resultado do período	(57)	(100)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>(48)</u>	<u>(93)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT18 (“Companhia”), foi constituída no dia 23 de julho de 2021 como uma sociedade limitada e alterou seu tipo empresarial para sociedade anônima (S.A.), posteriormente através de alteração de seu contrato social em 25 de outubro de 2021. No dia 25 de julho de 2022, a Companhia alterou seu nome para Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. A Companhia se encontra em fase pré-operacional.

#### **1.1 Sumário das operações efetuadas**

O objeto social da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos oriundos de operações praticadas por instituições financeiras e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, do CMN; a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

#### **1.2 Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos**

Não houve contratação de hedge.

#### **1.3 Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período**

Não houve operação.

### **2 Bases de preparação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Bases de apresentação**

##### **2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2024.

### **2.1.2 Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as demonstrações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

### **2.1.3 Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.1.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas respectivamente.

## **3 Políticas contábeis materiais**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não tiveram resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si.

### **3.1 Apuração do resultado**

Os custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

### 3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

### 3.3 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantidos a custo amortizado.

#### a. *Classificação e mensuração dos ativos financeiros*

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

- **Custo amortizado:** O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria as contas a receber de clientes, de partes relacionadas, despesas antecipadas e outras contas a receber;
- **Valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

#### b. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Redução ao valor recuperável: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

Nas operações de securitização, as perdas por redução ao valor recuperável decorrem da perda estimada e incorrida por parte do cedente da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Portanto, neste contexto, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas demonstrações financeiras.

Para os demais ativos financeiros, a administração revisa anualmente os indicativos de *impairment* ou deteriorações no perfil de crédito e constitui provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### c. *Classificação e mensuração dos passivos financeiros*

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores, Passivo de Arrendamento e Outras Obrigações.

**d. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

*Riscos de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia.

As receitas da Companhia e conseqüentemente seus saldos de contas a receber em cada data de encerramento são oriundas da prestação de serviços de administração fiduciária das emissões de Certificados de Recebíveis. Neste contexto, entendemos que o risco de crédito é baixo devido a (1) os honorários aos quais a Companhia faz jus no âmbito das emissões são calculados durante o processo de estruturação, com a garantia de que este e todos os demais custos da emissão serão pagos como prioridade na medida do recebimento dos recursos; (2) população de contas a receber ser pulverizada, sem concentração significativa de algum patrimônio separado; (3) o pagamento dos honorários é efetuado em sua maioria pelo *backoffice* da Companhia que administra o contas a receber e contas a pagar de cada patrimônio separado.

Não obstante, a administração da Companhia entende que o histórico de eventual atraso no recebimento de suas receitas é pontual, não havendo registro de inadimplência por parte de nenhuma emissão desde sua data de constituição.

*Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

*Risco de mercado (taxa de juros)*

A Companhia adota como política que sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Atualmente, a Companhia não possui empréstimos e/ou financiamentos que possam trazer exposição a taxas de juros, sendo o passivo de arrendamento o único componente sujeito à atualização por juros através do custo amortizado, com uma taxa fixa e constante.

**3.4 Imobilizado**

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de informática	05 anos ou 60 meses
Máquinas e equipamentos	10 anos ou 120 meses
Móveis, utensílios e central telefônica	10 anos ou 120 meses
Instalações	10 anos ou 120 meses
Contrato de arrendamento	Até 66 meses (**)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	Até 03 anos ou 36 meses (*)

(\*) A vida útil remanescente das benfeitorias em imóveis de terceiros é determinada de forma a depreciar os gastos incorridos em tais benfeitorias com base nas respectivas vidas úteis dos ativos adquiridos ou o prazo remanescente do contrato de aluguel, entre os dois o menor.

(\*\*) Os prazos de depreciação dos contratos de arrendamento variam em função das respectivas datas de término.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

### 3.5 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente e são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A vida útil dos ativos intangíveis adquiridos foi avaliada pela Companhia e definidas pelo prazo de vida estabelecido em 05 anos ou 60 meses.

### 3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

### **3.7 Ativos e passivos de arrendamento**

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento financeiro ou operacional de acordo com os preceitos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. No reconhecimento inicial, são contabilizados (a) um passivo de arrendamento que corresponde aos pagamentos mínimos de arrendamento, ajustado ao valor presente através de uma taxa de desconto equivalente à taxa de juros que seria aplicada em um financiamento para aquisição de ativo similar; e (b) um ativo que corresponde ao direito de uso do ativo arrendado, no mesmo valor do passivo de arrendamento registrado.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é atualizado com base no método da taxa de juros efetiva e o ativo de direito de uso é depreciado linearmente ao longo do prazo de vigência do contrato. Eventuais ajustes por inflação aos contratos de aluguel ou renovações são reconhecidos na data efetiva do ajuste, como um incremento ao ativo e passivo original do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2023, os arrendamentos reconhecidos com base no CPC 06 (R2) correspondem aos contratos de aluguel dos escritórios da Companhia.

### **3.8 Provisões, ativos e passivos contingentes**

A Administração não possui ativos ou passivos contingentes, que levassem a Companhia à necessidade da constituição de qualquer provisão.

### **3.9 Reconhecimento de receitas**

A receita da Companhia é composta pelo *fee* de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, deságios e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio.

As receitas são reconhecidas de acordo com a CPC 47 – Receita com contratos de clientes, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida, onde:

- A receita de estruturação é reconhecida quando a prestação de serviços de estruturação das emissões é finalizada e a operação efetivada;
- A Receita com gestão dos recebíveis é reconhecida mensalmente conforme a prestação de serviços é realizada.

### **3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### 3.11 Lucro por ação

O lucro por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

### 3.12 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

### 3.13 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### 3.14 Novas normas, alterações e interpretações

	<b>Data de vigência</b>
IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro	1º de janeiro de 2023
Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações à IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i>	1º de janeiro de 2023
Definição de estimativa contábil – Alterações à IAS 8	1º de janeiro de 2023
Imposto Diferido relativo a Ativos e Passivos decorrentes de uma única Transação – Alterações à IAS 12	1º de janeiro de 2023
Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)	1º de janeiro de 2024
Passivo de Arrendamento em uma transação de <i>Leaseback</i> – Alterações à IFRS 16	1º de janeiro de 2024
Acordos de financiamento com Fornecedores (IFRS 7)	1º de janeiro de 2024
Requisitos gerais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	1º de janeiro de 2024

A adoção dessas novas normas, alterações e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Administração não espera que a adoção das novas normas, alterações e interpretações vigentes para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

## **4 Resoluções CVM**

### **4.1 CVM nº 60/21 – Dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM**

Esta Resolução dispõe sobre as companhias securitizadoras registradas na CVM, bem como sobre as emissões públicas de títulos de securitização, Art. 60. As companhias securitizadoras que estejam registradas na CVM quando da publicação desta Resolução se adaptaram à presente norma em até 180 (cento e oitenta) dias após a sua entrada em vigor em 23 de dezembro de 2021.

A nova instrução mantém a apresentação das demonstrações financeiras a informação suplementar das demonstrações financeiras fiduciárias, que vinham sendo apresentadas nas notas explicativas até 30 de setembro de 2018, uma vez que as demonstrações de cada patrimônio separado da securitizadora são feitas de forma individualizada em documento apartado destas notas explicativas.

As demonstrações individuais de cada patrimônio separado da securitizadora serão disponibilizadas ao público na página da Companhia disponível na rede mundial de computadores (<http://www.vert-capital.com>) e entregues à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 03 meses (90 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas de relatório de auditoria do auditor independente.

Conforme estabelecido pela Resolução CVM nº 60/21, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

<b>Série da emissão</b>	<b>Data de encerramento do exercício</b>
1ª emissão de Debênture de Ruge	Dezembro
2ª emissão de Debênture de Ruge	Dezembro
3ª emissão de Debênture de Isaac	Junho
4ª emissão de Debênture de Pine	Junho

### **4.2 CVM nº 197/23 – Aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis**

Essa resolução torna obrigatório para as companhias abertas o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conforme seu anexo e entra em vigor em 29 de dezembro de 2023, devendo-se observar as seguintes datas de aplicação: a) aplicar as alterações ao CPC 32 para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; e b) aplicar as alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1) para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

As demonstrações financeiras da VERT foram adequadas à essa determinação.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

<b>Saldo de disponibilidades</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	3	4
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

(i) O montante é composto por: (a) aplicações financeiras automáticas (Aplic Aut Mais), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e (b) aplicações financeiras em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 100% do CDI pelo período que foram aplicados.

## 6 Fornecedores

O saldo refere-se basicamente a montantes a pagar para prestadores de serviços e outras contas a pagar no montante de R\$ 2 (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2022) vencíveis a curto prazo, detalhado conforme abaixo:

<b>Saldo de contas a pagar</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Prestadores de serviços profissionais	17	103
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>103</b>

<b>Saldo a liquidar</b>	<b>31/12/2023</b>
Até 30 dias	2
De 31 a 60 dias	-
De 61 a 90 dias	15
De 91 a 180 dias	-
De 181 a 360 dias	-
Acima de 360 dias	-
<b>Total</b>	<b>17</b>

## 7 Impostos a recolher

Impostos a recolher incluem tributos diretos e indiretos a recolher, bem como o montante retido na fonte sobre pagamentos de serviços contratados e encerraram os exercícios conforme quadro abaixo:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Impostos retidos de terceiros</b>	<b>-</b>	<b>12</b>
Impostos retidos na fonte a recolher	-	12
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>12</b>

## 8 Patrimônio líquido

### 8.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5, representando 5.000 (cinco mil) ações ordinárias, dos quais foram integralmente integralizados.

### 8.2 Reservas e distribuição de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o exercício apresentado.

### 8.3 Prejuízos acumulados

Os prejuízos acumulados serão absorvidos pelas expectativas de lucros em decorrência da operacionalização da companhia.

## 9 Despesas operacionais por natureza

As despesas gerais, administrativas e tributárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com consultoria	(22)	-
Despesas com assessoria contábil	(24)	(8)
Despesas com auditoria	(15)	(82)
Impostos e taxas diversos	(8)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	13	(9)
<b>Total</b>	<b>(56)</b>	<b>(99)</b>
<b>Classificadas como</b>		
Gerais e administrativas	(48)	(99)
Despesas tributárias	(8)	-
<b>Total</b>	<b>(56)</b>	<b>(99)</b>

## 10 Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto pelas receitas auferidas exclusivamente por aplicações financeiras e reduzidos das despesas financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de aplicações financeiras	-	-
Despesas financeiras diversas	(1)	(1)
<b>Total</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>

## 11 Imposto de renda e contribuição social

### Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL – corrente e diferido

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(57)</b>	<b>(100)</b>
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	-	-
<b>Lucro/Prejuízo fiscal do período</b>	<b>(57)</b>	<b>(100)</b>
IRPJ e CSLL correntes à alíquota vigente (25% e 9%)	-	-
<b>Total IRPJ / CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos (i)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Não houve, no exercício de 2023, despesa adicionada ou excluída temporariamente e de tal forma não se constituiu impostos diretos diferidos.

## 12 Resultado por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício atribuível aos acionistas	<b>(57)</b>	<b>(100)</b>
Qtde. média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro	5.000	5.000
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas ordinários</b>	<b>(11,3006)</b>	<b>(20,2000)</b>

## 13 Transações e saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, nos termos do IFRS 24/CPC 05, as empresas do Grupo VERT que geram influência sobre esta Companhia, sendo identificável no exercício 2023 sua investidora, a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda, integralmente investida da VERT Participações Ltda, bem como as demais investidas integrais (VERT Tecnologia Ltda., VERT Gestora de Recursos Financeiros Ltda., VERT Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), que por sua vez investida majoritária da VERT Holdings S/A.

A Companhia não possui saldos ativos e passivos e transações com partes relacionadas ao final do exercício de 2023:

<b>Saldos ativos e (passivos)</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Vert Participações Ltda. (passivo)	28	-
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (passivo)	126	-
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>-</b>

Os valores são antecipações feitas pelas companhias do Grupo VERT que assumem em carácter de antecipação as despesas correntes da Companhia.

## **14 Relação com auditores**

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

## **15 Outros assuntos**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui plano de benefícios pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

## **16 Eventos subsequentes**

Em 01 de fevereiro de 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou a resolução que tratava de lastros de títulos isentos do agronegócio e imobiliário passando a considerar novas regras que impedem a emissão de CRI e CRA, objeto de negócio dessa Companhia. As emissões já liquidadas e aquelas que o requerimento de distribuição de oferta pública tenha sido feito previamente à divulgação da nova norma não serão impactadas pelas novas regras. De forma geral, as principais mudanças são maiores restrições para empresas tomadoras de recurso com registro de companhia aberta e que não tenham mais de 2/3 do faturamento no agronegócio ou no imobiliário. A matriz de receita da VERT não tem clientes geradores de receita relevante com essas características.